

## Bomba na Gaveta

44-10-56

**E**SSE palerma dêsse sr. Rubem Braga a felicitar o governo, ainda anteontem, pelo seu recuo no caso da lei de imprensa! Ainda não secara a tinta do jornal e já chegava à Câmara o projeto calhorda.

Profundamente calhorda, a começar pela linguagem untuosa e melíflua de que é exemplo o título do Capítulo V — «Das medidas acautelatórias». É o primeiro artigo dêsse capítulo, o de número 40, que traz a coisa principal: a polícia fica autorizada a apreender os jornais. O autor do projeto parece ter vergonha de dizer isso diretamente. Faz uma curvinha negativa que dá a impressão de estar defendendo e não condenando os jornais. No lugar de escrever: «o jornal... poderá ter a respectiva edição apreendida pela autoridade administrativa em caso de urgência para restabelecimento da ordem pública, etc.», escreveu: «o jornal... somente poderá ter a respectiva edição apreendida, etc.».

No instante de entregar a liberdade da imprensa ao arbítrio policial o autor do projeto sente que está ferindo diretamente a Constituição — e negaceia no estilo, envieza, retorce a fala, faz a boca torta para dizer a coisa torta...

Essas «medidas acautelatórias» acautelam tudo, a validade dos poderosos, o melindre dos milicos, a má consciência dos que foram fracos diante da tentação de dinheiro ou do poder — e só se esquecem de acautelar a Constituição.

Todos os sorrisos do sr. Juscelino e todas as caretas austeras do sr. Nereu não podem mais iludir ninguém. O que êsse projeto traz é a supressão da liberdade de imprensa que a Constituição garante; é um atentado frontal à democracia, é a instauração de uma ditadura policial que é a expressão do jugo militar. Ficaremos todos sob a terceira patá dêsse famoso tripé sobre o qual mimosamente assenta o sr. Juscelino a segurança de seu governo.

Não gostei das declarações do líder da maioria na Câmara, sr. Vieira de Melo. Volta êsse bom moço a prestar seus serviços: sim, o projeto foi mandado ao Congresso, mas êle não terá urgência, só será discutido mais tarde, depois que outros assuntos mais importantes forem decididos; sofrerá um compasso de espera na Comissão de Justiça... Mas se o governo não quer essa lei agora, para que a diabo a manda agora ao Congresso? A manobra é clara: o projeto deve ficar ali, ameaçando. Que sejam todos bons moços, como o bom moço Vieira, o bom moço Juscelino, o bom moço Jango; se todos se comportarem direitinho, a lei pode ficar para o verão, quem sabe até para o ano que vem, talvez mesmo só para a Quaresma...

Ora, acontece que a discussão dêsse projeto não é urgente, é urgentíssima. A imprensa não poderá ficar semanas e semanas, meses e meses, sob essa ameaça. Precisamos todos saber a quantas andamos e com quem lidamos: se êsse governo quer rodar sobre os trilhos da Constituição ou se quer se meter numa aventura ditatorialista. A oposição, e não a maioria, é que deve pedir urgência para êsse projeto. Coloca-se uma bomba, e fica-se depois à espera para decidir se ela deverá estourar ou não... Enquanto isso, rapazes — diz alegremente êsse incrível senhor Vieira de Melo — vamos trabalhar!

Trabalhar exige um clima de ordem, de respeito à lei, de segurança: o governo acaba de destruir êsse clima com êsse projeto calhorda e inadmissível. Se eu fôsse da minoria parlamentar faria tudo para obstruir a votação de qualquer outro projeto antes de ser votado êste. Na gaveta de uma Comissão ou onde estiver, êle representa uma bomba de retardamento, uma grave ameaça que perturba todos os espíritos e só pode gerar confusão, desconfiança, desordem. Não vejo como alguém na Câmara poderá trabalhar com essa bomba na gaveta.